



Trabalhos selecionados para Colóquio Interno

1º Semestre 2020

Ciclo I – Ligia Bruni Queiroz

Ciclo II – Iara Bastos Campos

Ciclo III – Juliana Aguiar Labes Moro

Ciclo IV – Antônio Lopes Emygdio

Ciclo V – Claire Annie Haber

Ciclo VI – Marcos Rodrigues Sagatio

Índice

Ciclo I

Ligia Bruni Queiroz

MEMÓRIA, LEMBRANÇAS ENCOBRIDORAS, CONSTRUÇÕES EM ANÁLISE E OS DIÁLOGOS COM A LITERATURA 03

Ciclo II

Iara Bastos Campos

A INSUPORTÁVEL VERGONHA DE SER: NARCISISMO, CORPO E CULPA SOB O OLHAR DA PSICANÁLISE..... 10

Ciclo III

Juliana Aguiar Labes Moro

O ENCONTRO ENTRE OS PAIS E O FILHO: PARA ALÉM DA DEFICÊNCIA..... 18

Ciclo IV

Antônio Lopes Emygdio

SOBRE A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE TRAÇOS MELANCÓLICOS E MASOQUISTAS EM SUJEITOS CRIADOS POR PAIS EM RELACIONAMENTOS CONFLITUOSOS 28

Ciclo V

Claire Annie Haber

VICENT VAN GOGH: EM BUSCA DE UM LUGAR..... 34

Ciclo VI

Marcos Rodrigues Sagatio

O REGISTRO DO REAL EM TABACARIA DE ÁLVARO DE CAMPOS 38

1º Semestre 2020

Ciclo I

Aluno: Ligia Bruni Queiroz

Título: Memória, lembranças encobridoras, construções em análise e os diálogos com a literatura

O relato autobiográfico, o contar de si para si próprio e para o outro, inaugura a sanha da travessia do sujeito no percurso da vida, disparada pelo mergulho nas próprias memórias de infância, a convite, talvez, de outras lembranças, aquelas trazidas pelos adultos mais próximos por meio de seus outros mergulhos mnêmicos.

As experiências, os acontecimentos, as sensações, os afetos podem ser narrados, ou não poderão ser narrados, donde a narrativa será tecida com determinada forma e conteúdo absolutamente singulares a cada ser no transcorrer da vida. As lacunas, os silêncios, os vazios, o contar fragmentado, a repetição, a resistência ao narrar, a escolha por diferentes tipos de narração e de modalidades narrativas (a narrativa sumarizada ou a dramatização narrativa), são elementos marcantes no processo de acesso à memória, extremamente caros ao ofício psicanalítico.

E quando nos detemos sobre o que poderá ou não ser narrado, lança-se luz sobre a dialética de lembrança e esquecimento, tão característica do funcionamento psíquico humano, o qual Freud buscou compreender.

Escreve Freud em seu texto sobre as Lembranças Encobridoras (1899/1996):

Ninguém contesta o fato de que as experiências dos primeiros anos de nossa infância deixam traços inerradicáveis nas profundezas de nossa mente. Entretanto, ao procurarmos averiguar em nossa *memória* quais as impressões que se destinaram a influenciar-nos até o fim da vida, o resultado é, ou absolutamente nada, ou um número relativamente pequeno de recordações isoladas, que são frequentemente de importância duvidosa ou enigmática (grifo do autor, p.335).

A concepção de Lembrança Encobridora é formulada por Freud a partir da observação clínica de que muitas das primeiras recordações da infância não eram propriamente as situações de medo, vergonha, dor física, ou aquelas relacionadas a acontecimentos importantes como doenças, mortes, nascimento de irmãos, mas, ao contrário, eram lembranças de eventos cotidianos e irrelevantes,

recordadas com demasiada nitidez e figurando imagens mnêmicas, cuja inocência as tornavam misteriosas.

As Lembranças Encobridoras são lembranças aparentemente irrelevantes, que associam seu conteúdo a outras lembranças, as quais busca substituir. Fazem parte de um conteúdo psíquico que aparece no lugar de outro conteúdo, cujas fontes não são diretamente o esquecimento, mas sim a omissão de um evento retido na memória. Tais lembranças sofrem ação de duas forças psíquicas opostas: aquela que encara a importância da experiência como motivo para lembrá-la, enquanto a outra exerce uma resistência, tentando impedir essa recordação. A resultante dessas forças é a seguinte conciliação: o que é registrado como imagem mnêmica não é a experiência relevante em si, mas um outro elemento psíquico intimamente associado ao elemento passível de objeção. A ambivalência consiste na verificação de que, mesmo diante da resistência, houve uma força psíquica que permitiu o registro das impressões importantes, gerando imagens mnêmicas capazes de serem reproduzidas e não simplesmente esquecidas (Freud 1899/1996).

Uma das operações observadas na formação das lembranças infantis é o deslocamento, ou seja, os elementos essenciais de uma experiência são representados na memória por uma imagem deslocada para alguma outra coisa associada por contiguidade. Trata-se de um recalçamento acompanhado de substituição por algo próximo.

Essa instigante constatação, de que é possível deslocar uma intensidade psíquica de uma representação (que é então abandonada) para outra (que daí por diante desempenha o papel psicológico da primeira), joga luz sobre a importância das operações psíquicas inconscientes, que passam ao largo das percepções internas conscientes, a não ser quando se manifestam como atos falhos, lapsos, chistes ou através dos sonhos.

Considerando o aspecto lacunar da memória, muitas das rememorações podem ser consideradas da ordem da ficção, não sendo passíveis de serem comprovadas como verdadeiras. É aí que se estabelece o interesse desse texto, na aproximação entre o acesso aos rastros mnêmicos da infância na composição das autobiografias trazidas nas sessões de psicanálise com a narrativa literária. Para além das características formais da estrutura narrativa, o encontro das lembranças de infância *com* e *nos* enredos literários – estejam eles contidos na historiografia autobiográfica, nas histórias de ficção ou na poesia – constitui terreno fértil para a elaboração das experiências vividas, traumáticas ou não, permitindo a construção da história do sujeito. Afinal, como já apontava Aristóteles na Poética, a literatura é a própria *mímeses*, ou seja, a representação da vida em sua completude: no agir, no sofrer, no viver.

José Saramago, em seu livro “As pequenas memórias” (2006, p.110-111), resgata um dos acontecimentos mais marcantes da história familiar, a morte de seu irmão Francisco, ainda criança:

A mãe e os filhos chegaram a Lisboa na Primavera de 1924. Nesse mesmo ano, em Dezembro, morreu o Francisco. Tinha quatro anos quando a broncopneumonia o levou. Foi enterrado na véspera de Natal. Em rigor, em rigor, penso que as chamadas falsas memórias não existem, que a diferença entre elas e as que consideramos certas e seguras se limita a uma simples questão de confiança, a confiança que em cada situação tivermos sobre essa incorrigível vaguidade a que chamamos certeza. É falsa a única memória que guardo do Francisco? Talvez o seja, mas a verdade é que já levo oitenta e três anos tendo-a por autêntica... (...) há uma cómoda por baixo de uma abertura horizontal na parede, comprida e estreita, mais fresta que janela, rente ao pavimento da rua (vejo pernas de pessoas a passar através do que deverá ser uma cortina), essa cómoda tem as duas gavetas inferiores abertas, a última mais puxada para fora de maneira a formar degrau com a seguinte. É o Verão, talvez o Outono do ano em que o Francisco vai morrer. Neste momento (o retrato está aí para quem o quiser ver) é um rapazinho alegre, sólido, perfeito, que pelos vistos, não tem paciência para esperar que o corpo lhe cresça e os braços se lhe alonguem para chegar a algo que se encontra em cima da cómoda. É tudo quanto recordo. (...) O irmão do Francisco nada poderia fazer para amparar na queda o ousado alpinista, se ela se tivesse dado. Devia estar sentado no chão, de chupeta na boca, com aquele seu pouco mais que um ano e meio, ocupado, sem que pudesse imaginar que o fazia, a registrar em qualquer parte do seu pequeno cérebro o que estava vendo para poder vir a conta-lo, uma vida depois, ao respeitável público. Esta é, pois, a minha memória mais antiga. E talvez seja falsa...

Essa passagem se dá nas últimas páginas do pequeno livro, onde foi possível o registro. Saramago a um só tempo narra “*As pequenas memórias. Sim, as memórias pequenas de quando fui pequeno, simplesmente*” e as coloca em prova, em um nítido movimento dialético de reconstrução de si mesmo a partir das memórias da infância. O resultado, uma turbulenta conciliação entre Verão e Outono, ou, o que é possível ou não ser narrado, figurada pela troca do foco narrativo, da primeira pessoa, ao descrever a cena infantil do irmão na aventura alpinista pela cómoda, para o foco em terceira pessoa, na descrição de si mesmo na cena. *E talvez seja falsa...*

O crítico literário Davi Arrigucci Jr., em uma conferência promovida pela Sociedade Brasileira de Psicanálise (1998), a respeito da Teoria da Narrativa e Posições do Narrador, se remete a uma perspectiva *indicial* da narrativa do analisando no contexto da psicanálise. Quando indagado sobre o possível alcance da alteridade referente às informações e à personalidade do analisando diante da perspectiva paradoxal de que a fala do paciente constitui uma narrativa descritiva de fatos e também uma interpretação, Arrigucci Jr. argumenta que há uma espécie de rachadura entre o discurso e a história nos termos de enunciação e enunciado. Portanto, ressalta a importância de se distinguir a verdade, a verossimilhança e a persuasão, ou o problema da relação entre a poética, a retórica e a questão epistemológica e ontológica da narrativa (Arrigucci Jr, 1998; p.27):

O discurso é uma organização dos fatos da história. A história só passa através dele, mas ele é uma manipulação desses fatos; portanto é uma forma de interpretação. Quando eu digo

agora ao contar uma história, o *agora* já não é agora porque os fatos já se deram. Isso supõe que haja certo grau de artificialidade e de arbitrariedade em toda construção ficcional, um artifício que ficou muito patente para todos os modernos.

Acredita-se que as vicissitudes do trabalho psicanalítico colocadas em pauta e discutidas por Arrigucci Jr. na perspectiva da narrativa literária, podem ser compreendidas à luz de um dos textos tardios de Freud, “Construções em análise” (1937/1950), em que ele discorre sobre a produção do material clínico. De acordo com Freud, o paciente deve ser levado a recordar certas experiências e os impulsos afetivos a elas relacionados, sabendo-se que os atuais sintomas e inibições são consequências de repressões que levam justamente à substituição do que se esqueceu. Procura-se um quadro dos anos esquecidos que seja digno de confiança; por isso, a tarefa do analista é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que o analisando deixou atrás de si, ou mais corretamente, *construí-lo* (p.360, grifo do autor). Muitas das inferências são extraídas pelo analista a partir dos fragmentos de lembranças, das associações e do comportamento do sujeito da análise.

Segundo Freud (1937/1950), o trabalho de construção em análise consiste em traçar um caminho que se inicia na construção do analista e termina na recordação do paciente. Entretanto, muitas vezes o analisando não alcança aquilo que foi reprimido e o que se produz no lugar da lembrança é uma convicção segura da verdade da construção, o que exerce o mesmo rigor terapêutico que a lembrança recapturada.

Freud ressaltou a ocorrência de um comportamento subsequente à revelação de determinada construção em análise: sonhos frequentes relacionados com as memórias a partir das quais foram feitas as construções. Os elementos sonhados apareciam de maneira muito mais nítida, uma espécie de recordação viva ou “ultraclara”. As representações dessas memórias apareciam também em estado de vigília, semelhantes a fantasias ou um tipo de alucinação, já que são imagens que invadem a consciência, mas que têm um conteúdo deformado e deslocado, devido à operação de forças que se opõem a esse retorno. Foram situações vividas na infância, esquecidas e que depois retornam mediante o trabalho de construção em análise.

Diante da experiência relatada por Freud, destaca-se, contudo, uma aproximação oportuna entre a tarefa psicanalítica e o caráter onírico da produção narrativa em análise, à semelhança do que se observa na criação artística e na literatura. Freud (1937/1950) traça um paralelo entre sua teoria sobre a formação dos delírios e o que chamou de existência de um certo método na loucura, algo já percebido nos poetas, que é a tensão que se estabelece entre um fragmento de verdade histórica e a crença compulsiva na imagem delirante. Um complexo mecanismo de forças inconscientes opera na formação do delírio, cujo objeto de estudo não cabe aqui. Entretanto, essa passagem do texto de Freud busca ilustrar pontos interessantes de congruência entre determinados aspectos do laborioso trabalho

de recuperação das lembranças infantis e de construção em análise, com a experiência transformadora proveniente da literatura, justamente diante de seu caráter onírico.

O crítico literário Antonio Candido concebe a literatura¹ como uma necessidade universal do ser humano. Em alusão ao conceito estabelecido por Otto Ranke sobre o mito, Candido se refere à literatura como o sonho acordado das civilizações. Não há povo e não há homem que consiga viver sem o contato com alguma espécie de fabulação ao longo do dia. Assim como o sonho assegura o equilíbrio psíquico durante o sono, no estado de vigília, não há como viver sem a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades (Candido, 1988/2011).

É de interesse do campo psicanalítico a discussão sobre os instrumentos que o analista dispõe para o seu ofício, que vão desde a escuta, a atenção às associações livres e às sensações, transferência, interpretação, construção em análise... e o diálogo com os elementos fabulosos da literatura, figurando a sessão analítica como um espaço privilegiado do pensamento onírico da vigília. Artigo recente da psicanalista Marina Ribeiro, *“Narrativas imaginativas na sala de análise: W. Bion, Antonino Ferro, Thomas Ogden e Mia Couto”*, trata oportunamente desses elementos (Ribeiro, 2017; p.184):

A sala de análise propicia um campo de elementos oníricos favorecidos pela técnica psicanalítica: a atenção livremente flutuante e as associações livres do analisando. As narrativas que ali ocorrem estão impregnadas de elementos oníricos. O texto narrado na sessão pode ser compreendido como produção do funcionamento onírico da dupla analista e analisando. Ferro (2011, p.28) escreve que “(...) não há nada do que é dito, narrado, desenhado na sala de análise que não possa ser considerado um ‘derivado narrativo do pensamento onírico da vigília’ ou do que restou dele”.

À luz da psicanálise, as experiências têm um caráter proprioceptivo e emotivo-sensorial, que adentram o aparelho psíquico e são submetidas às leis de cada um dos sistemas concebidos por Freud, o Inconsciente, Pré-consciente e Consciente. Na resultante das forças psíquicas conflituosas, após o estabelecimento da barreira do recalque, as experiências são registradas por meio das representações psíquicas e encontram na linguagem uma forma de transmissão.

Freud se refere, no texto sobre o Inconsciente (1915/2010), aos derivados, expressão utilizada para descrever a comunicação entre os sistemas Inconsciente, Pré-consciente e Consciente: *o inconsciente continua nos assim chamados “derivados”, que é suscetível aos influxos da vida, influencia constantemente o pré-consciente e até se acha sujeito, por sua vez, a influências por parte do pré-consciente* (Freud, 1915/2010; p.131).

¹ Antonio Candido toma por literatura todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (Candido, 1988/2011; p.176).

O derivado narrativo seria a forma de transmissão, via linguagem, desses derivados inconscientes, que aparecem, segundo Bion (1992/2000), nas sessões de análise sob a forma de imagens, devaneios, sonhos acordados, pensamentos oníricos, e indicam uma disponibilidade mental e emocional à comunicação do outro.

Em suas pequenas memórias, Saramago (p.14-15) não se constrange ao resgatar a produção poética do adolescente que foi, quando em contato com o rio de sua infância... seus mergulhos mnêmicos:

Do novelo emaranhado da memória, da escuridão dos nós cegos, puxo um fio que me aparece solto.

Devagar o liberto, de medo que se desfaça entre os dedos.

É um fio longo, verde e azul, com cheiro de limos, e tem a macieza quente do lodo vivo.

É um rio.

Corre-me nas mãos, agora molhadas.

Toda água me passa entre as palmas abertas, e de repente não sei se as águas nascem de mim, ou para mim fluem.

Continuo a puxar, não já memória apenas, mas o próprio corpo do rio.

Sobre a minha pele navegam barcos, e sou também os barcos e o céu que os cobre, e os altos choupos que vagarosamente deslizam sobre a película luminosa dos olhos.

Nadam-me peixes no sangue e oscilam entre duas águas como os apelos imprecisos da memória (...).

E quando num largo espaço o barco se detém, o meu corpo despido brilha debaixo do sol, entre o esplendor maior que acende a superfície das águas.

Aí se fundem numa só verdade as lembranças confusas da memória e o vulto subitamente anunciado do futuro (...).

Então, corpo de barco e de rio na dimensão do homem, sigo adiante para o fulvo remanso que as espadas verticais circundam.

Aí, três palmos enterrarei a minha vara até a pedra viva.

Haverá o grande silêncio primordial quando as mãos se juntarem às mãos.

Depois saberei tudo.

Aludida pelo contato inicial com a obra freudiana e profundamente tocada com a experiência psicanalítica como analisanda, ousou arriscar uma hipótese: muito da complexa e intrincada tarefa de resgate das memórias de infância, interpretação e construção em análise se dá pela via da comunicação entre os derivados narrativos da dupla analista-analisando, permeada pelos devaneios poéticos e

atravessada pela experiência onírica da literatura; via essa, traduzida por uma espécie de bússola norteadora do percurso da análise.

Referências Bibliográficas:

Arriguicci Jr., Davi. Teoria da narrativa: posições do narrador. *Jornal de psicanálise*. 1998;31(57):9-44.

Bion WR. *Cogitações* (P. C. Sandler, trad.). Rio de Janeiro: Imago; 2000/1992.

Candido A. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; 2011/1988.

Freud S. Lembranças encobridoras. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 3, p. 333-359). Rio de Janeiro: Imago; 1996/1899.

Freud S. Construções em análise. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. 23, p. 358-71). Rio de Janeiro: Imago; 1950/1937.

Freud S. O inconsciente. (P. C. de Souza, trad.) São Paulo: Companhia das Letras; 2010/1915.

Ribeiro MFR. Narrativas imaginativas na sala de análise. W. Bion, Antonino Ferro, Thomas Ogden e Mia Couto. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. 2017;20(1):181-193.

Saramago J. *As pequenas memórias*. São Paulo: Companhia das Letras; 2006.

1º Semestre 2020

Ciclo II

Aluno: Iara Bastos Campos

Título: A INSUPORTÁVEL VERGONHA DE SER: NARCISISMO, CORPO E CULPA SOB O OLHAR DA PSICANÁLISE

- Tenho medo de ter vergonha.
- De quem? Tem assim em tão alta consideração os que o rodeiam, para se incomodar com aquilo que eles pensam?
(Milan Kundera - *"A insustentável leveza do ser"*)

"Morrer de vergonha", "criar vergonha na cara", dar uma de "sem-vergonha" ou até mesmo sentir "vergonha alheia". Quem nunca? Cada uma dessas expressões diz muito dessa emoção que, embora mais tímida do que a noção de "culpa", não passa despercebida à psicanálise.

Apesar de não haver entre as obras de Freud um texto dedicado à conceituação da vergonha, é possível encontrar algumas alusões como, por exemplo, em "A interpretação dos sonhos" (1900/1996, p. 258-259), em que há a equiparação da vergonha à noção de pudor. Neste caso, a vergonha funcionaria tanto como força recalcadora das pulsões sexuais quanto como barreira contra o retorno do recalcado, atuando como uma formação reativa à sexualidade, assim como o nojo, o asco e o rubor diante de situações que remetam ao conteúdo reprimido.

A partir do texto "Introdução ao Narcisismo" (1914), passa-se a uma segunda acepção da vergonha, relacionando-a ao narcisismo e à imagem que o sujeito tem sobre si. Adiante, em "Inibições, sintomas e angústia" (1926), Freud atualiza a ideia de uma angústia instalada no Ego, diante da tentativa constante de satisfazer as exigências tanto do Id e do Superego quanto da realidade. O sujeito envergonhado tenta lidar, então, com todo um imaginário de como os outros esperam que ele seja: como se vestir, como agir, o que/como se mostrar, como se expressar...

NARCISISMO E VERGONHA

Uma vez que o narcisismo aponta para um autocentramento do sujeito, ou seja, um autoinvestimento excessivo, pode levar o indivíduo a sentir como se todas as atenções estivessem centradas nele mesmo. Por isso, o sujeito envergonhado acaba por perceber-se "miserável,

desamparado, vulnerável; um alvo oferecido ao sarcasmo cruel de outras pessoas e privado de qualquer meio de autodefesa. [...] Pode chegar ao ponto de imaginar ter o mundo interior desmascarado aos olhos do outro” (GREEN, 2003, p.22, *tradução nossa*).

Por outro lado, contrapondo-se ao medo da exposição ao outro, existe também um medo de ser ignorado. O paradoxo do envergonhado se resumiria da seguinte forma: “o sujeito deseja ser reconhecido como objeto de investimento do outro, porém, teme não possuir os predicados que o outro, supostamente, desejaria que ele tivesse” (COSTA, 2012, p.10). Resultado: o envergonhado tem medo de ser notado, mas não quer deixar de ser visto.

VERGONHA E CORPO

A questão do desejo de ser ou não visto faz pensar sobre o corpo. Quando o emblema da vergonha toma conta da vida mental do sujeito, o corpo físico se apresenta como um lugar privilegiado aos ataques contra si mesmo. O corpo pode se tornar prova de uma inferioridade ou alvo de uma inspeção persecutória.

A vergonha do corpo perturba a vida das pessoas nas mais diversas formas possíveis: “vergonha do corpo no primeiro encontro”; “vergonha da minha barriga”; “vergonha de tirar a roupa”; “vergonha de gozar rápido”; “vergonha: será que meu pinto é pequeno?” (estão entre os tópicos mais buscados no Google, a partir das palavras-chave “vergonha do corpo”).

A fim de aprofundar a relação entre corpo, narcisismo e vergonha, segue um trecho do romance de Milan Kundera, “A insustentável leveza do ser” (1984/2017, p.8, *grifo nosso*):

A mãe quer que lhe façam justiça e que o culpado seja castigado. Insiste para que a filha fique com ela no mundo impudico onde a beleza e a juventude não têm sentido, onde o universo não passa de um gigantesco campo de concentração de corpos idênticos com uma alma invisível. *Podemos agora perceber melhor o sentido do vício secreto de Tereza, dos seus longos e frequentes momentos em frente ao espelho.* Era um combate contra a mãe. Era um *desejo de não ser um corpo como os outros corpos* e de ver subir à superfície do rosto a tripulação da alma vinda do ventre do navio. E isso não era fácil, porque *a alma triste, receosa, amedrontada, escondia-se bem lá no fundo das suas vísceras e tinha medo de se mostrar.* [...]

De repente, enquanto se olhava, encheu-se de pânico: tinha a garganta irritada. Iria adoecer logo nesse dia fatídico? Mas já não podia recuar. Telefonou-lhe da estação e, no momento em que a porta se abriu, inesperadamente, a sua barriga pôs-se a emitir uns gorgolejos horríveis. *Ficou cheia de vergonha.* Era como ter a mãe na barriga e ouvi-la a rir-se maldosamente para lhe estragar o encontro.

No primeiro parágrafo que destacamos, Tereza tinha “medo de se mostrar” (assim como as inúmeras pessoas que pesquisaram no Google sobre a vergonha do corpo). Apesar disso, não se

poupava de passar “longos e frequentes momentos” diante do espelho. Ser observada por si mesma era um prazer, enquanto que se dispor ao olhar de um outro era motivo para envergonhar-se. Nesse caso, poderia o narcisismo ter sido invocado como arma para “combater” a mãe introjetada ou mesmo o que foi apropriado do discurso dela na formação do superego de Tereza?

No segundo trecho, a palavra “vergonha” é mencionada, mas, dessa vez, como referência ao corpo que emite um barulho e não à sua forma. Este barulho é associado à risada maldosa da mãe incorporada. Seria possível a interpretação de que há vergonha de que se carregue consigo, no próprio corpo, uma mãe que, na relação de ambivalência, é em muitos momentos odiada?

Em ambos os casos, a vergonha está materializada no corpo e não se trata apenas de um pudor, afinal, Tereza deseja mostrar-se, e não ser “um corpo como os outros corpos”. Existe uma vontade de libertar a alma “triste, receosa, amedrontada” e, além de tudo, envergonhada.

O texto faz pensar também na relação de Tereza com a mãe, já que, na raiz do processo de envergonhamento, “estaria o olhar materno sem intenção de amor” (COSTA, 2012, p.11), o que poderia explicar parte do sofrimento da personagem. O regime narcísico da vergonha pode ser comparado a uma “moldura vazia do desejo do outro”, um processo no qual a representação imaginária do sujeito cristaliza-se “em torno do vácuo de ideais de eu maternos” (idem, p.12).

Em “A introdução ao narcisismo”, Freud discute a existência de um ideal de eu referente àquilo que teria sido o lugar do sujeito no desejo dos pais e conforme a expectativa preestabelecida pela cultura. “A instituição da consciência foi, no fundo, uma personificação, primeiro da crítica dos pais, e, subsequentemente, da sociedade” (FREUD, 1914/2010, p. 102).

Paralelamente ligado à evolução das escolhas objetais e das realizações do narcisismo, é possível pensar a ideia de “autoestima”. Segundo Freud, “tudo o que uma pessoa possui ou realiza, todo remanescente de sentimento prematuro de onipotência que sua experiência tenha confirmado, ajuda-a a aumentar a sua auto-estima” (1914/2010, p.115). No entanto, a “estima de si” não depende apenas do resíduo do narcisismo primário e das realizações do ideal de eu que fortalece a onipotência infantil, mas também da satisfação da libido objetal.

Neste contexto, o ideal de eu é um dos fatores que contribui para a formação da autoestima e diz respeito àquilo que o outro espera de nós. Por isso, “a formação do ideal do eu aumenta as exigências do eu e favorece ao máximo o recalque. [...] a exigência do *Ich-Ideal* [ideal de eu] toma seu lugar no conjunto das exigências da lei” (LACAN, 1953-1954/2009, p.179). Diante dessa constante vigilância do eu, a vergonha triunfa.

A VERGONHA DIANTE DO OUTRO

Uma vez que não é possível alcançar esse ideal de eu, seria necessário renunciar a uma satisfação uma vez obtida quando se encontrava “em posse de todas as preciosas perfeições do eu, como o eu infantil” (LACAN, 1953-1954/2009, p.178). A dificuldade está não só em abdicar desse prazer, como também em constituir uma nova imagem de si minimamente satisfatória, ainda mais levando em conta que — segundo nos mostra Lacan em “O estádio do espelho” (1949/1998) — a unidade do corpo se forma a partir da imagem especular que o outro dispõe do sujeito.

Segundo Antonio Quinet (2002, p.129), o conhecimento do Eu, a partir da imagem projetada no espelho, está mais para um desconhecimento, pois este “conhecimento é sempre imaginário, ou melhor, paranóico, na medida em que nada mais é senão a projeção da consciência”, e que está sempre dependente de um “ponto de vista do eu”.

Tal desconhecimento faz com que o sujeito viva na insegurança de como os outros o percebem, que imagem têm dele. Na fantasia do envergonhado, forma-se a imagem de um avaliador hostil, provocando a sensação de insuficiência ou de inadequação diante do(s) outro(s).

Dessa forma, “o prazer retorna sob a forma de desqualificação” que, muitas vezes, leva o sujeito a “repetir permanentemente o ato de fuga, no qual há todo o tempo a suspeita da presença de alguém” (GREEN, 2003, p.1653, *tradução nossa*).

Gostaria de apresentar brevemente uma vinheta clínica de um paciente que se apresentou logo na primeira sessão como “fóbico”, “depressivo” e disse que havia vivenciado diversas vezes “crises de pânico”. A seguir, o relato sobre um episódio em que, nas palavras dele, “morreu de vergonha”:

Era o primeiro dia no seu emprego novo no Brasil e a primeira oportunidade que conseguira após ter migrado de seu país de origem. Todos os 20 novos funcionários tinham sido convidados para um almoço de boas-vindas junto com os chefes, em um restaurante próximo ao prédio da empresa. Lá tinha um buffet farto, mas o paciente preferiu colocar pouca comida no prato, pensando em acabar de comer bem depressa, antes que os outros terminassem suas refeições e pudessem observá-lo. Tinha muita vergonha e medo de ter uma de suas crises de pânico ali diante dos outros. Temia que “vissem que não era normal”. Conseguiu comer bem rápido. Apesar de sentir o corpo todo frio, sentia que tinha conseguido se controlar. Na hora de sair, descobriu que o almoço não seria pago pela empresa, que cada um teria que bancar o seu. Primeiro, ficou aliviado por ter servido pouca comida. Depois, percebeu que tinha esquecido a carteira na sala onde tinha tido o treinamento pela manhã. “Morreu de vergonha” porque tinha certeza de que todos os outros iriam pensar que ele só comeu pouco porque não tinha dinheiro suficiente para pagar pelo almoço.

Depois desse momento, contou que passou o resto do dia buscando fugir: indo várias vezes ao banheiro, saindo para fumar (sempre sozinho) e imaginando se não teria sido melhor dizer qualquer desculpa à responsável do Recursos Humanos e abandonar a oportunidade. Entre este e outros relatos

sobre sentir uma vergonha insuportável, é possível pensar como a preocupação desmesurada com a maneira como estão sendo observados faz com que os envergonhados se percebam invadidos, como se estivessem “plenamente acessíveis e transparentes ao olhar alheio” (VENTURI & VERZTMAN, 2012, p.133).

Ao ser perguntado sobre a sua fantasia, sobre que expectativa ele imaginava que os outros teriam dele naquele almoço, não soube responder. Disse apenas que sentia como se seguramente iria “fazer tudo errado” ou “falar algo inapropriado”. Contou também que tinha medo que percebessem que ele é homossexual, “apesar de que ali havia muitos outros” e comentou que, se ele estava julgando os outros, era óbvio que estaria também sendo julgado.

Esta afirmação dele me levou a pensar, na hora, na brincadeira infantil do “cadê?”, em que o bebê acredita que, ao ter seu rosto escondido, ele escapa à vista dos outros. Ao mesmo tempo, ao descobrir os olhos, a onipotência o levaria a crer que, se ele voltou a enxergar, estaria posto novamente à observação dos outros. A relação com a vinheta descrita se dá pela hipótese de que, em nenhum dos casos, o que o outro estava pensando ou dizendo fez alguma diferença; o medo (instalado na forma de vergonha) dependeu unicamente do que o indivíduo estava imaginando. Surge, então, o questionamento: seria possível que a imagem de si constituída a partir do olhar do outro, dependa menos desse olhar externo do que o que se imagina a respeito desse outro?

Por outro lado, é possível pensar que “quem” é esse outro importa em alguns momentos, uma vez que “quanto mais valor é dado à testemunha, maior será o sentimento vergonhoso” (VENTURI & VERZTMAN, 2012, p.126). Há nesses casos, uma fantasia de que o outro é sempre melhor, porque “claramente” sabe o que falar e como se portar, sendo, assim, superestimado. Na vinheta descrita, há ainda a questão da sexualidade bastante presente em seus relatos sobre a vergonha sentida, o que reforça a ideia já comentada de que não teme não ser visto, mas ser visto e ignorado. Em outras palavras, se fosse de fato ignorado, iria se sentir rebaixado diante de seus ideais de si. Por não saber como lidar com a possibilidade deste sofrimento, a fuga parece convir.

VERGONHA E CULPA

Recentemente, escutei outro caso, em que a pessoa dizia ter “vergonha de ser elogiada” na frente dos outros, pois costuma sentir que não é merecedora de enaltecimento e, muito menos, de alguma manifestação prazerosa de afeto. No contexto, parecia haver, para além da vergonha, uma relação com a culpa, afinal, a paciente acreditava não poder aceitar as palavras elogiosas que lhe eram dirigidas, pois havia em algum momento anterior feito/pensado/falado coisas “muito más”.

O tema da culpa não é novidade em psicanálise, tendo sido discutido desde Freud em “Totem e tabu” (1912/1913). Nesta obra, a culpa é associada a um valor ético, sendo basilar na regulação das

relações sociais em sociedades civilizadas, o que se dá a partir da formação de uma dívida simbólica manifestada pelo sofrimento do sujeito culpado. Portanto, se pensarmos a partir não só da ética, mas também da moralidade, podemos dizer que tanto a vergonha quanto a culpa funcionam como reguladores sociais.

No entanto, há distinções importantes entre elas, como destaca Contardo Calligaris (2006): “a culpa [caracteriza-se] como uma emoção privada, típica de uma cultura individualista, ao passo que a vergonha seria predominantemente pública, mais próxima de um modelo hierárquico de sociedade”.

Neste sentido, a vergonha remete a códigos de honra, legados deixados pelos nossos ancestrais e o sentimento de uma “missão simbólica”, que permitem mensurar nosso valor diante dos outros. A culpa, por sua vez, tem origem na ideologia cristã, e está atrelada ao pensamento de que “Deus que sabe tudo e, em última instância, julgará e punirá ou recompensará” (CALLIGARIS, 2006). Na ausência do julgamento divino, o próprio indivíduo trata de se punir e julgar.

Há nesta comparação ainda outra questão: a possibilidade de expiar a culpa ou de se livrar da vergonha. A culpa, sendo resultado de uma dívida simbólica, “poderia ser reparada pelo arrependimento, pelo sofrimento e pela confissão do ‘pecado’”. Já a vergonha depende de uma punição moral que desencadeia o “rebaixamento da imagem do sujeito diante de um determinado ideal sustentado pelo olhar daqueles que presenciaram o ato vexatório. Este ato, por sua vez, não necessariamente poderia ser reparado em vida” (VENTURI & VERZTMAN, 2012, p. 125).

No caso da vergonha, arrepender-se ou confessar-se não funcionam como vias de reparação, o que agrava mais ainda a angústia do envergonhado que, muitas vezes, percebe-se diante de uma punição irremediável.

VERGONHA E LAÇO SOCIAL

De alguma forma, se a vergonha está atrelada a uma “missão moral”, ela necessariamente aponta para a pressuposição da existência de um “mundo exterior” ao indivíduo. Na fantasia do envergonhado não faltam nem normas que devem ser rigidamente obedecidas nem um outro que supostamente vai verificar se as regras a respeito de “como ser” estão sendo cumpridas. Ainda que este outro esteja baseado na atuação de um superego, sendo, portanto, parte do inconsciente do próprio sujeito, ele é capaz (de novo, na fantasia do envergonhado) de perceber algo que não era para ser percebido. Com isso, a vergonha pode estabelecer função de modalidade de laço social.

A vergonha pode, assim, funcionar como um sentimento mediador da inserção e participação do indivíduo na sociedade, contribuindo para a construção de uma identidade do sujeito, principalmente ao fazer ecoar no narcisismo uma ameaça constante de exclusão do grupo social (VENTURI & VERZTMAN, 2012, p.138).

Além disso, a base do laço social construído a partir da vergonha pode se dar também por um compartilhamento do sentimento de inadequação na mesma comunidade, como exemplifica outro excerto de a “Insustentável leveza do ser” (KUNDERA, 1984/2017, p.4, *grifo nosso*):

Esses faziam-lhe um sorriso estranho, que nunca tinha visto em dias da sua vida: era o tímido sorriso de uma cumplicidade secreta. Era o sorriso que dois homens passam a trocar depois de se encontrarem por acaso num bordel; *sentem uma certa vergonha, mas, ao mesmo tempo, dá-lhes prazer que a vergonha seja recíproca.*

Diante do compartilhamento de “modos de ser” — estabelecidos, por exemplo, por: códigos morais ou de honra; tradições religiosas ou familiares; manuais de etiqueta dizendo como se portar em determinadas ocasiões; guias “passo-a-passo” de como ter um corpo “perfeito” ou de como ser desejado(a) — a vergonha, quando não isola e leva à fuga (como na vinheta clínica apresentada), também é compartilhada e insere o sujeito na sua comunidade, dizendo muito de seus hábitos, condutas, desejos e, conseqüentemente, recalques, sofrimentos, sintomas e angústias.

Referências Bibliográficas:

CALLIGARIS, Contardo. Culpa e vergonha: moralidade 1. **Folha de S.Paulo**, 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0202200622.htm>>. Acesso em: 13 out. 2019.

COSTA, Jurandir Freire. (2012). Os sobrenomes da vergonha: melancolia e narcisismo. in: VERZTMAN, Julio [et al.]. **Sofrimentos narcísicos** (9-15). Rio de Janeiro, RJ: Cia de Freud: UFRJ; Brasília, DF: CAPES PRODOC, 2012.

FREUD, Sigmund. (1900/1996). **A interpretação dos sonhos**. Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, v. IV. Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, Sigmund. (1912/2013). **Totem e tabu**: algumas concordâncias entre a vida e a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras.

FREUD, Sigmund. (1914/2010). **Introdução ao narcisismo**: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916), v. XII. São Paulo: Companhia das Letras.

FREUD, Sigmund. (1926/2014). **Inibição, sintoma e angústia**: o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929), v. XVII. São Paulo: Companhia das Letras.

GREEN, André. (2003). **Énigmes de la culpabilité, mystère de la honte**, v. 67. Revue française de psychanalyse. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-francaise-de-psychanalyse-2003-5-page-1639.htm>>. Acesso em: 13 out. 2019.

KUNDERA, Milan. (1984/2017). **A insustentável leveza do ser**. São Paulo: Companhia das Letras.

LACAN, Jacques. (1953-1954/2009). **O Seminário, Livro 1**: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho (1949/1998). In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p. 93-103.

QUINET, Antonio. (2002). **Um olhar a mais**: ver e ser visto na psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.

VENTURI, Camilo & VERZTMAN, Julio. (2012). Interseções da vergonha na cultura, na subjetividade e na clínica atual. in: VERZTMAN, Julio [et al.]. **Sofrimentos narcísicos** (119-145). Rio de Janeiro, RJ: Cia de Freud: UFRJ; Brasília, DF: CAPES PRODOC, 2012.

1º Semestre 2020

Ciclo III

Aluno: Juliana Aguiar Labes Moro

Título: O ENCONTRO ENTRE OS PAIS E O FILHO: PARA ALÉM DA DEFICIÊNCIA

O presente trabalho visa pensar sobre algumas particularidades que podemos encontrar na clínica com crianças deficientes e seus pais, mais precisamente nas repercussões deste encontro entre a mãe e seu filho e os desdobramentos deste para a constituição psíquica da criança.

A marca que a deficiência vai imprimir sobre o sujeito vai variar de caso para caso e a constituição psíquica de uma criança deficiente não difere da de qualquer outra criança, já que, teoricamente, o processo por meio do qual o sujeito se constitui é exatamente o mesmo. No entanto, se a constituição psíquica do Eu passa pela construção de sua própria imagem, formada a partir do olhar, da palavra e do desejo de ambos os pais em relação à criança, acredito que a constatação da deficiência de um filho possa interferir neste processo devido ao impacto desta notícia no psiquismo paterno e materno, de modo prevalente.

Concordo com a colocação de Coriat, ao afirmar que a psicanálise tem seu lugar no trabalho com crianças com problemas orgânicos, pois:“ [...] para que cada uma delas tenha a possibilidade de advir como sujeito do desejo, é necessário que se cumpram as mesmas premissas, os mesmos passos necessários para que isso aconteça em uma criança organicamente normal.”² Isto significa que ela deverá passar pelos mesmos processos de constituição psíquica de todo sujeito, que são o complexo de Édipo e o de castração.

Quando se trata do nascimento de um filho deficiente, a importância da relação entre o filho e seus pais não deixa de sofrer algumas interferências. Há algo na expectativa narcísica e no desejo dos pais pelo filho que não se concretizou. Este fato não garante que algo na ordem da constituição psíquica da criança possa falhar, mas, possivelmente a maneira como os pais vivenciam esta experiência poderá, em alguns casos, colocar questões quanto ao lugar atribuído ao desejo narcísico dos pais pelo filho.

² CORIAT, E.(1997). *Psicanálise e clínica com bebês*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997, p.153

Embora nenhuma criança irá corresponder totalmente àquela imaginada pelos pais, penso que diante do nascimento de um filho deficiente, é colocado em questão o lugar do desejo dos pais pelo filho e a capacidade de se identificarem com a criança real. Assim, a ferida narcísica que irrompe nos pais, de imediato, abala a ilusão de ver refletido nele toda expectativa em relação à linhagem familiar, em que há, no mínimo, um luto a ser feito pelo filho imaginado, pré-investido e pré-enunciado.

Jerusalinsky afirma: “Ao nascer uma criança deficiente, o contraste entre o filho esperado e o que acaba de nascer afeta centralmente a função materna, já que a mãe se debate com o luto da perda do filho imaginado, sentindo o recém –chegado como um impostor ou, na melhor das hipóteses, como um verdadeiro desconhecido.”³

Ainda que nenhum filho corresponda ao filho imaginado narcisicamente pelos pais e, sobretudo, pela mãe, a constatação de uma deficiência pode ocasionar uma ferida narcísica prematura, onde os pais sentem-se incapazes de tomar a criança como pertencente à família, tamanha estranheza que a deficiência pode causar. Este fato pode ser vivenciado pelos pais como uma experiência real de morte, sendo necessário, portanto, que possam elaborar o luto pelo filho “sadio”, não deficiente que não nasceu.

O tempo necessário para a realização deste luto é bastante particular e diz respeito à capacidade psíquica de ambos os pais de conseguirem, ou não, fazer os arranjos necessários para que possam continuar investindo libidinalmente no filho, mesmo quando este se mostra tão diferente daquele esperado. A importância deste processo de elaboração visa permitir que o bebê seja incluído na história libidinal e identificatória dos pais, e que estes possam sonhar e esperar para ele um futuro possível.

O escritor Cristóvão Tezza e seu livro “O filho eterno” ilustra bem a questão da ferida narcísica que irrompe diante da constatação da deficiência de seu filho. Ele comenta: “Ninguém está preparado para o primeiro filho, [...], ainda mais um filho assim, algo que ele [pai] simplesmente não consegue transformar em filho.”⁴

O autor também demonstra o quanto esta ferida narcísica está carregada de algo mortífero e imutável, quando muitas vezes percebe-se desejando a morte deste bebê tão estranho ao seu olhar, ou como se pudesse recusá-lo; assim escreve: “Isso [a constatação da deficiência] é pior do que qualquer outra coisa, ele conclui – nem mesmo a morte teria esse poder de me destruir. A morte são sete dias de luto, e a vida continua. Agora não. Isso não terá fim.”⁵

³ Jerusalinsky, a e Cols. (1998). *Psicanálise e desenvolvimento infantil*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998, p.59

⁴ TEZZA, C.(2007). *Meu filho eterno*. São Paulo, Ed. Record, p.32

⁵ TEZZA,C.(2007). Op., cit., 2007, p.31.

Cada família e cada sujeito vão responder de forma particular diante da imposição da deficiência, e esta resposta pode ser decisiva no processo de constituição psíquica da criança, pois, dependendo do modo como repercute sobre o sujeito o lugar e o valor que será dado à sua condição, este pode não encontrar nada mais a que se ancorar, a não ser um buraco, uma ferida, algo que não pode constituir-se para além deste corpo marcado pela deficiência.

Acredito que embora a constatação do nascimento de um filho deficiente não seja algo fácil de ser elaborado e significado, para além da presença da deficiência que a criança apresenta, há algo que se sobrepõe a esta e diz respeito à forma como cada sujeito em particular irá lidar com questões comuns a todo ser humano. Questões com relação à própria vida, o corpo, a morte, o tempo e que em diferentes momentos de vida, podem colocar em xeque a capacidade do sujeito identificar-se e abalar suas crenças e convicções.

Poder ressignificar, para os pais, esta experiência de destituição narcísica tão prematura – sendo esta uma elaboração tanto individual como do casal - pode auxiliá-los a descobrir o quê de singular irão encontrar no filho. Que este possa ser reconhecido enquanto parte integrante desta família e que possa ser investido no presente, para ter acesso a um futuro possível.

Para a elaboração teórica deste trabalho utilizo as contribuições de Aulagnier à metapsicologia freudiana em particular o modo como ela refere-se à importância fundamental que os pais exercem sobre a constituição psíquica do Eu, em particular à mãe, ou à função que ela exerce: a responsabilidade de transmitir para a criança que ela possui um corpo erógeno cuja história prova o amor que a mãe lhe dedica, além do reconhecimento e da valorização de sua identidade sexual, de sua singularidade e do desejo de ver este corpo preservado, modificado e tornado autônomo.

É a partir da relação com a mãe que a criança poderá nomear seu corpo e seus afetos, a partir das experiências de prazer e desprazer com este corpo, o Eu dos outros, a começar pelo Eu materno, e, posteriormente, com o Eu paterno e a realidade à sua volta. Através do olhar materno sobre o corpo da criança, por meio dos cuidados, do contato e do investimento libidinal neste corpo que, desde o início, a criança deverá ser alçada à condição de sujeito singular e autônomo.

A mãe é inicialmente convocada a fazer as primeiras articulações entre o filho e o mundo à sua volta, um mundo inserido em uma determinada ordem e cultura e, a criança irá percebê-lo a partir deste primeiro olhar e pela forma como é falada, tocada, olhada, acolhida e inserida no seu meio ambiente psíquico familiar será decisivo para o processo de sua constituição psíquica.

Segundo Aulagnier, diante do nascimento de um filho, algumas mães não conseguem ancorar no corpo real do bebê a representação psíquica, que ela fazia deste bebê antes de seu nascimento, o que poderiam, levá-las a sofrer o que denomina “traumatismo do encontro”.

Este “traumatismo” pode ocorrer quando: “Este recém nascido que se impõe ao seu olhar[materno], situa-se muito malgrado fora da história ou fora da sua história, ele irrompe a continuidade de sua história com o risco de colocar em perigo a totalidade de uma construção, cuja fragilidade tinha ficado escondida do historiador...”⁶

Aulagnier permite que entendamos que não se sofre de “traumatismo do encontro” quem quiser, mas sua ocorrência depende dos mecanismos psíquicos que cada mãe dispõe ao dar à luz. Apesar de depender da constituição psíquica materna, também devem ser relevantes os mecanismos psíquicos de que a mãe dispõe quando se depara com situações das mais adversas e que causam dor, dúvida, conflito. A autora manifesta que, para algumas mães, apenas a constatação de que o sexo do bebê é diferente do que ela esperava, já pode ter o efeito desorganizador e desencadear um “traumatismo”.

A gravidez é uma experiência que pode desencadear conflitos dos mais diversos e toda a expectativa que se constrói neste período vai constituir a história daquele que vai nascer. A mãe e tudo aquilo que ela caracteriza vão responder a essa experiência a partir de sua própria história libidinal e identificatória, devendo ela criar um espaço psíquico para acolher a criança que vai nascer.

O nascimento de um filho com deficiência física pode, momentaneamente, provocar um conflito identificatório, uma situação de destituição narcísica, sofrimento psíquico e desinvestimento libidinal tão grave, que a mãe pode viver este nascimento abalada como se fosse um “traumatismo do encontro.”, de tal modo que a atitude materna em relação ao filho pode ficar comprometida e ter consequências no processo de constituição subjetiva da criança.

É neste sentido que penso na importância do trabalho clínico com os pais e com o bebê, uma escuta que permita aos pais elaborarem o luto pelo filho que não nasceu e oferecer um lugar de vida em que a criança possa constituir-se como sujeito singular e autônomo para além de sua deficiência. Minha aposta é que ao elaborar este luto, os pais possam descobrir uma criança no corpo deficiente, capaz de tomar posse da construção de sua própria história, com todas as dificuldades e desdobramentos com os quais se depara ao longo de sua existência.

De acordo com Aulagnier, “Todo indivíduo nasce num espaço falante”⁷. Isto significa que a dialética identificatória na constituição do Eu depende da inserção do bebê no meio familiar, pois este nasce em um espaço familiar organizado pelo discurso e pelo desejo do casal parental entre si e destes em relação àquele filho.

Na concepção da autora, a mãe deveria:

⁶ AULAGNIER, P. (1986). *Nascimento de um corpo origem de uma história*. .p.41.

⁷ AULAGNIER, P. (1975). *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1979, p.105

“[...] ter a repressão bem realizada de sua própria sexualidade infantil; ter um sentimento de amor pela criança, dando continuidade ao pré investimento libidinal no corpo imaginado, antes mesmo do bebê nascer; estar de acordo com o essencial que o discurso cultural prescreve como função materna; ter, ao seu lado, um pai da criança, a quem ela dedica sentimentos positivos.”⁸

isto implica levar em conta que antes mesmo do nascimento do bebê, ele já existia para a mãe como corpo imaginado, quase sempre idealizado pela mãe normal, uma imagem de como deveria ser seu filho. Tal imagem possibilita que a mãe antecipe este “feto, embrião” como sujeito e, se tudo correr bem, dará condições para o bebê continuar sendo investido libidinalmente pela figura materna após o seu nascimento, momento em que deverá ocorrer um rearranjo diante do encontro entre a mãe, o bebê e seu representante psíquico materno.

No primeiro momento da vida, o discurso materno é prevalente no processo de constituição do Eu e é inicialmente dirigido a uma “sombra”, a um corpo que ainda não existe, mas que a mãe pré-investe, pré-enuncia e lhe antecipa um Eu.

Segundo Aulagnier:

“O que chamamos de sombra é, portanto, constituído de uma série de enunciados que testemunham o desejo materno referente à criança; eles constituem uma imagem identificatória que antecipa o que será enunciado pela voz deste corpo, ainda ausente. Esta sombra, fragmento de seu próprio discurso, representa para o Eu materno o que o corpo da criança, numa outra cena, representa para seu desejo inconsciente”⁹

Assim, para Aulagnier, o nascimento do bebê é precedido por um discurso que o concerne, uma espécie de “sombra falada”, a qual é herdeira da história edipiana da mãe e de seu reprimido. Isto significa que a sombra carrega consigo o conjunto de desejos maternos que a mãe teve que renunciar e que, agora, ela deseja – como uma possibilidade de compensação narcísica - para o bebê.

No que se refere à criança, Aulagnier afirma que:

“O Eu não pode habitar nem investir um corpo despossuído da história que viveu. Uma primeira versão construída e mantida em espera na psique materna acolhe este corpo para se unir a ele. A imagem do corpo da criança que se esperava faz sempre parte desse “Eu antecipado” ao qual o discurso materno se dirige. Se o Eu antecipado é um Eu historiado, que, de entrada, insere a criança num sistema de parentesco e, com isso, numa ordem temporal e simbólica, a imagem deste Eu, tal como o porta-voz a construiu, conserva a marca de seu desejo (o desejo materno). Mas, quando se assume o risco (necessário) de se criar e de pré-investir uma imagem

⁸ AULAGNIER, P.(1975). Op.,cit.,1979, p.110.

⁹ AULAGNIER, P. (1975) Op.,cit.,1979, p.113

na ausência de seu suporte real, assume-se também, o de descobrir a não-conformidade, a defasagem entre a imagem e o suporte.”¹⁰

Entendo que toda mãe deverá fazer este trabalho de reorganização, ressignificação e elaboração entre o filho idealizado e o filho real para que ela possa realizar a ancoragem somática do amor materno. O sexo do bebê, a falta de sono, a presença de uma deficiência ou qualquer defeito no funcionamento do corpo do bebê, não podem ser as únicas referências que a mãe consegue identificar no contato com o filho; quando isto ocorre, estamos diante de mães bastante comprometidas psiquicamente.

Quando o corpo do bebê por qualquer que seja o motivo, não serve como ponto de ancoragem ao Eu antecipado pela figura materna, pode levá-las a sofrer o que Aulagnier chama de “traumatismo do encontro.”.

A reação diante da constatação de um filho deficiente, o modo como esta notícia vai repercutir e as consequências deste encontro vão depender, em última instância, da própria constituição psíquica materna. A mãe vai viver este momento de acordo com o que a marcou em sua própria trajetória de vida e em função de sua própria castração. Assim, a mãe vai viver, no seu estilo próprio, um drama que será eco de uma experiência vivida, anteriormente, no plano do Édipo e de que saiu marcada de determinada maneira.

Segundo Aulagnier:

“[...] sejam quais forem os mecanismos psíquicos que lhe permitam [a mãe] superar as consequências deste encontro traumático, ela deverá levar a bom termo um trabalho ainda mais árduo do que o luto e que exigirá, do mesmo modo, um tempo de elaboração cuja duração será variável, mas sempre considerável.”¹¹

A autora afirma que este tempo vai coincidir com o tempo necessário para que o bebê passe ao estado de criança, passagem que vai auxiliar a psique materna a superar o seu “trauma”, ainda que, para o filho, segundo a autora, “as consequências de um tal começo de vida deixarão vestígios indelévels no funcionamento psíquico da criança [...]”¹² vestígios que nos esclarecem a particularidade e a complexidade das respostas que ela soube achar para que a vida do bebê tivesse uma continuidade.

Segundo Aulagnier, o sofrimento somático ou psíquico, pode tornar-se a única prova de que a realidade existe para o sujeito, e este corpo pode vir a cumprir uma função relacional para com o outro. É deste modo que, como consequência de uma relação demasiado conflituosa e dolorosa Eu-mãe, a relação Eu-corpo poderá assumir o mesmo conflito existente na relação Eu-outro.

¹⁰ AULAGNIER, P. (1986). *Nascimento de um corpo origem de uma história*. Op., cit., p.14

¹¹ AULAGNIER, P. (1986). *Nascimento de um corpo origem de uma história*. Op., cit., p.37

¹² AULAGNIER, P. (1986). *Nascimento de um corpo origem de uma história*. Op., cit., p.38

Assim, conforme Aulagnier ressalva, “às vezes, este sofrimento se converte na única via-voz que revela ao sofredor a causa ignorada de seu sofrimento psíquico”¹³. Este pode vir a ser um caminho sem volta, a menos que passada a infância, o sujeito possa recorrer menos ao corpo como emissor privilegiado de mensagens.

Ainda no que se refere à criança, de acordo com a autora, muito cedo ela vai inferir o que representa para sua mãe o seu corpo e o seu sofrimento. Assim, o sofrimento vivido por seu corpo permite-lhe operar um trabalho psíquico que transforma um acidente, uma dura prova da realidade, que faz parte da experiência de todos nós, em um acontecimento singular que faz parte desta história igualmente singular que a criança constrói para si acerca deste corpo e de sua psique.

Aulagnier ressalta que não basta apenas o sofrimento somático do corpo da criança para que esta história se construa, acrescentando a esta a resposta que este sofrimento gerou. Segundo a autora:

“[...] mesmo que esta resposta tenha sido o silêncio, carregado de sentidos, neste caso, e antes de tudo, o discurso que a mãe pode ter emitido a posteriori sobre o sofrimento padecido. O relato que a mãe faz da prova sofrida pelo corpo ou a maneira como a exclui do discurso que faz a criança ouvir sobre o seu passado exercerão uma influência decisiva na relação que o sujeito vai manter com esse “mal” que seu corpo poderá padecer no momento seguinte de sua existência.”¹⁴

Essa versão proposta pelo discurso materno é necessária para que o Eu possa situar-se dentro de um contexto familiar e assim dentro de sua própria história libidinal e identificatória, e, apesar de ser uma história contada por um outro, ela é melhor do que o silêncio, tendo em vista que o Eu infantil não pode auto criar o primeiro capítulo de sua história.

Deste modo, pode-se dizer que a resposta materna ao sofrimento infantil, ou seja, o modo como a mãe significa para a criança este sofrimento irá marcar de forma irreduzível a construção de sua imagem corporal e, portanto, sua própria constituição psíquica. O modo como a mãe verbaliza, manifesta e transmite para a criança sua história a partir de suas vivências corporais são o início de uma história de vida e o sofrimento deste corpo deverá ser atenuado pelo discurso materno.

Todo sofrimento deve ser atenuado por este discurso que a mãe transmite à criança, seja de ordem corporal, seja de ordem psíquica. Se a mãe não tem como evitar o sofrimento do corpo infantil, ela pode, ao menos, atenuar este evento de modo a não transformá-lo em sofrimento psíquico.

Pode-se pensar que, independentemente da condição física do filho, se este sofre ou não com algum tipo de deficiência ou doença, este corpo tem um poder autônomo sobre o prazer ou desprazer

¹³ AULAGNIER, P. (1986). *Nascimento de um corpo, origem de uma história*. Op., cit., p.31

¹⁴ AULAGNIER, P. (1986). *Nascimento de um corpo, origem de uma história*. Op., cit., p.13

que pode vir a sentir. Segundo Aulagnier, esta autonomia será a primeira revelação que a instância do Eu tem sobre o seu poder de modificar a realidade, desde que esta seja atenuada pelo discurso do outro, pelas mediações e significações veiculadas pelo discurso materno e que, ao menos, o sofrimento da criança seja atribuído a uma causa da qual o corpo não é o responsável.

Assim, fica evidente, mais uma vez, a importância atribuída ao discurso materno, enquanto porta voz, ao falar à criança sobre o estado de seu corpo e dos prazeres e desprazeres que este pode vir a sentir, viver e experimentar em uma primeira fase de sua existência

A própria história da criança tem início neste enredo familiar que passa de geração para geração, ser incluído nesta ordem de filiação permite à criança esboçar um primeiro capítulo de sua própria história. Para tanto, faz-se necessário que não apenas os pais reconheçam e invistam libidinalmente neste filho, mas também que o grupo social ao qual ele pertence lhe reserve um lugar que possa ocupar e investir.

Assim, para que a criança se autonomize do meio familiar, sem perder seu suporte identificatório, é necessário que ela encontre no discurso social referências que lhe permitam projetar-se em um futuro passível de investimento, no qual supostamente poderá realizar seu projeto identificatório, sendo este: “a autoconstrução contínua do Eu pelo Eu”, necessária para que esta instância possa se projetar num movimento temporal, projeção de que depende a própria existência do Eu.

O projeto identificatório abre o acesso do sujeito ao registro da temporalidade porque lhe oferece uma imagem ideal de si mesmo sobre a qual o Eu presente pode projetar-se em um tempo futuro. Na formulação deste projeto, o sujeito deverá antecipar e investir num espaço-tempo por vir, correndo o risco de investir: “[...] não apenas num imprevisível, mas num tempo que talvez ele não viva.”¹⁵

Neste sentido, importa, nos primeiros anos de vida da criança, o modo como os pais transmitem para o filho a realidade de sua deficiência, se possível impedindo que suas atitudes e seu discurso tamponem o lugar do próprio sujeito em constituição. Isto significa impedir ou evitar que a deficiência se torne a única referência identificatória que a criança pode se utilizar para construir a imagem de si mesma.

Acredito que seja por este motivo que Aulagnier nos fala que somos condenados a investir apesar do sofrimento, “[...] condenados para e pela vida a uma colocação em pensamento e em sentido de seu próprio espaço corporal, dos objetos-alvo de seus desejos, dessa realidade com o qual você deverá co-habitar, cuja permanência é assegurada pelos suportes privilegiados de seus investimentos, aconteça o que acontecer.”¹⁶

¹⁵ AULAGNIER, P. (1979). *Os destinos do prazer*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1985, p.19

¹⁶ AULAGNIER, P. (1986). Condenados a investir in *Interprete em busca dos sentidos I*. São Paulo: Editora Escuta, 1990, p. 281

Deste modo, enquanto sujeitos singulares e autônomos estamos todos condenados a investir, no sentido de que nunca iremos parar de nos surpreender com nossa imagem no espelho e sonhar um futuro onde possamos circular, nos reconhecer, sermos reconhecidos e capazes de manter nossos investimentos nos objetos e em nós mesmos, apesar de todas as mudanças físicas e psíquicas com as quais nos deparamos e dos sofrimentos que nos afligem.

Para finalizar, destaco um trecho de Coriat que revela a possibilidade de os pais poderem descobrir:

“[...] que têm um novo filho; que este filho não é tão perfeito quanto aquele que esperavam, mas que também oferece momentos de profunda satisfação. Estou falando dessas oportunidades que os pais relatam, quando estão sozinhos na intimidade da sua casa e se atrevem a olhar o bebê tal qual ele é – não a imagem do que lhe disseram que ia ser – e se dão conta de que, se eles o olham e lhe falam, o bebê olha para eles do mesmo modo como faria qualquer bebê. Momentos como este, se são corroborados e reconhecidos, implicam a possibilidade de um verdadeiro nascimento para este filho que efetivamente chegou.”¹⁷

¹⁷ CORIAT, E.(1997). *Psicanálise e clínica com bebês*. Porto Alegre: Artes e Ofícios ed., 1997, p.132.

Referências Bibliográficas:

- Aulagnier, Piera (1975). *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Tradução de Maria Clara Pellegrino. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1979.
- Aulagnier, Piera (1979) *Os destinos do prazer; alienação, amor, paixão*. Tradução de Maria Violeta Arraes e Maria Clara Pellegrino. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1985.
- Aulagnier, Piera (1986). Nascimento de um corpo, origem de uma história. Texto traduzido por Maria Lúcia Vieira Violante do original "Naissance d'une corps, origine d'une histoire", in Aulagnier, P. et al. *Corps et histoire*. Paris: Lês Belles Arts, 1986.
- Aulagnier, Piera (1986). *Um interprete em busca de sentido*. Vol. I e II. Tradução de Regina Steffen. São Paulo: ed. Escuta, 1990.
- Brunoni, D. (1991) *Anomalias congênitas*. Serge et al. São Paulo, Ed. Savier, 1991
- Coriat, E. (1997) *Psicanálise e clínica com bebês*. Tradução de Julieta Jerusalinsky. Porto Alegre, Artes e ofícios editora, 1997.
- Jerusalinsky, Alfredo (1998) *Psicanálise e desenvolvimento infantil*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.
- Tezza, Cristovan (2007) *Meu filho eterno*. São Paulo, Ed. Record, 2007

1º Semestre 2020

Ciclo IV

Aluno: Antônio Lopes Emygdio

Título: SOBRE A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE TRAÇOS MELANCÓLICOS E MASOQUISTAS EM SUJEITOS CRIADOS POR PAIS EM RELACIONAMENTOS CONFLITUOSOS

“É preciso, aqui, recuperar as evidências: os narcisistas são pessoas feridas - de fato, carentes do ponto de vista do narcisismo. **Frequentemente a decepção, cujas feridas ainda estão em carne viva, não se limitou a um dos pais, mas a ambos. Que objeto lhes resta para amar senão a eles mesmos?**”¹⁸

Este trabalho busca discutir, com base em textos de Freud e Winnicott que abordam as destinações da agressividade instintual infantil, as possíveis consequências psíquicas para o sujeito criado por pais em relacionamentos conflituosos e/ou em lares turbulentos.

No texto "O problema econômico do masoquismo"¹⁹, S. Freud, no âmbito de suas formulações a respeito do instinto de morte²⁰, aprofunda seu estudo sobre a economia psíquica com vista a entender a existência de aspectos do sujeito que o levam, deliberadamente, ao sofrimento: o masoquismo.

Freud propõe a existência de três formas de masoquismo: um feminino, um erógeno e um moral.

O masoquismo erógeno, o prazer na dor, estaria na base das outras duas formas e seria um espécie de resíduo, que permanece no Eu, do amálgama entre instinto de vida e instinto de morte (em graus diversos) que não pode ser transportado para fora do sujeito por meio da catexização de objetos externos a ele. Esse desvio do instinto de morte por parte da libido (instinto de vida) para o exterior,

¹⁸ Green, A. - Narcisismo de vida, narcisismo de morte - 1a ed. - São Paulo: Editora Escuta, 1988, p. 17.

¹⁹ S. Freud - Obras completas, volume 16: O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925) - 1a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 184.

²⁰ S. Freud - Obras completas, volume 14: História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920) - 1a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 161.

por meio da musculatura, seria um *"instinto de destruição, instinto de apoderamento, vontade de poder"*. A parte residual, que não pode ser exteriorizada, seria o masoquismo erógeno ou original, latente em todo ser humano.

O masoquismo feminino seria da ordem da fantasia e "[poria] o indivíduo numa situação característica feminina, isto é, significa[ria] ser castrado, ser possuído ou dar à luz". Nessa forma, o masoquista desejaria *"ser tratado como uma criança pequena, desamparada e dependente, mas especialmente como uma criança malcomportada"*²¹. Uma componente de sentimento de culpa estaria presente, mas poderia, de certa forma, ser expiada por meio de atividades que colocam o sujeito em uma situação de submissão a uma pessoa amada. Esse masoquismo, por almejar o prazer, não estaria em contraposição ao princípio do prazer que Freud acreditava, inicialmente, ser o guia único do psiquismo.

O masoquismo moral, ao contrário do anterior, não distinguiria de quem (ou de que circunstâncias) vem o sofrimento imposto. O que importa é o sofrimento por si só, contrapondo a ideia de que o ser humano viveria guiado somente pelo princípio do prazer. Nesse caso, o instinto de destruição estaria voltado para dentro e enfurecido contra a própria pessoa.

Para Freud, existiria, nesses casos, um sentimento de culpa inconsciente que poderia ser melhor traduzido como *"necessidade de punição"*. De alguma forma o sujeito acredita, inconscientemente, que precisa ser punido por algo que fez mas não deveria ter feito.

Esse papel de algoz do Eu, em termos de componentes do aparelho psíquico pensado por ele a partir da Segunda Tópica²², seria realizado pelo Super-eu. Essa instância se originaria da introjeção, no Eu, dos primeiros objetos a quem o sujeito destinou seus impulsos libidinais, os pais. Destes, ele conservaria não só *"características essenciais das pessoas introjetadas, seu poder, sua severidade, sua inclinação a vigiar e punir"*, mas por serem, concomitantemente, parte do mundo externo real, serviriam de modelo para os esforços do Eu. Assim, coexistem no Super-eu as funções de exemplo a ser seguido, ou um Ideal do Eu a ser perseguido, e de regulador moral do sujeito, que pode ser mais ou menos severo dependendo das condições sob as quais se desenvolveu cada sujeito em particular.

O Super-eu age, assim, de duas formas: exercendo seu próprio sadismo sobre o Eu e agindo *"sobre o próprio masoquismo do Eu, que anseia por castigo, quer do Super-eu, quer dos poderes parentais externos"*²³.

O retorno da componente sádica do Super-eu para o Eu seria fruto da repressão do ambiente exterior às manifestações de agressividade do indivíduo. Tal sadismo, entretanto, encontraria guarida

²¹ S. Freud - Obras completas, volume 16, p. 189.

²² "O Eu e o Id" em S. Freud - Obras completas, volume 16: O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925) - 1a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 14.

²³ Ibid, p. 199.

da necessidade de punição e reforçaria o comportamento masoquista do sujeito. A fim de provocar esse castigo do Super-eu, o masoquista faria, inconscientemente, coisas inadequadas ou reprováveis, agindo contra seus próprios interesses, em uma espécie de autoboicote.

Em Freud, temos, em poucas palavras, o entendimento que uma repressão da agressividade vinda do meio externo, e durante o processo de dissolução do complexo de Édipo, faria com que ela retornasse ao Eu e satisfizesse, dessa forma, tanto uma componente sádica do Super-eu quanto a componente masoquista do Eu, que entende merecer castigo por ter feito algo que não deveria, como, por exemplo, manifestar sua agressividade.

Donald W. Winnicott, por sua vez, em "O uso de um objeto e relacionamento através de identificações"²⁴, aborda a questão do ponto de vista dos modos de relacionamento do sujeito com o objeto, que seriam dois: relação de objeto e uso do objeto.

No primeiro modo, existiria uma relação subjetiva entre objeto e sujeito. Este sofreria, por força de catexias objetais (mecanismos de projeções e identificações), certas alterações no seu eu (self).

O segundo modo, o uso do objeto, seria um passo seguinte à relação de objeto. Ele implicaria a existência de um objeto real, que faria parte do que Winnicott chama de "realidade compartilhada". Ou seja, não seria fruto de um feixe de projeções, mas teria as propriedades da "coisa em si", que existe independentemente do sujeito.

Para alcançar tal estágio de desenvolvimento, o bebê precisaria de uma "mãe suficientemente boa" que suportasse sua agressividade e o conduzisse em direção à mudança de um sentimento de onipotência para o princípio de realidade. Para isso, o bebê precisaria passar por um processo psíquico de destruição do objeto e, para começar a efetivamente usar tal objeto, este precisaria "sobreviver" a seus ataques.

Em termos práticos, o primeiro objeto com o qual o bebê estabelece uma relação, a mãe, deveria suportar ser agredida e servir como ponto focal de toda a agressividade inata do bebê sem alterar sua forma de relação com ele ou retaliá-lo de alguma forma. A mãe seria, então, entendida como um objeto com existência própria, independente dos ataques (físicos e morais), projeções e desejos do bebê. Somente assim ela passaria a fazer parte da realidade compartilhada.

Inversamente, o bebê com uma mãe eventualmente deprimida ou incapaz de suportar tais ataques, teria dificuldades, ou até mesmo ficaria impedido, de usar os objetos do mundo exterior. A criança, ao invés de usar a mãe, entenderia que precisa cuidá-la: – Se minha mãe se magoa com meus ataques, com minha agressividade, eu não sou bom.

²⁴ Winnicott, D. W. - O uso de um objeto e relacionamento através de identificações. International Journal of Psychoanalysis, Vol. 50, 1969.

Ou seja, enquanto Freud trabalha o retorno da agressividade ao Eu centrado no complexo de Édipo, Winnicott propõe que as identificações primárias e o desenvolvimento do uso do objeto, em estágio pré-edípico, são preponderantes no modo com que o sujeito lida com sua agressividade.

Não se pode deixar de notar, entretanto, um ponto de contato entre as posições dos dois psicanalistas: essa criança que não pode demonstrar sua agressividade, pela incapacidade da mãe de suportá-la ou pela repressão da cultura, entende que não é boa e que precisa ser castigada. Eis uma das bases para a construção de um núcleo melancólico no sujeito, que passa a associar seus objetos interiores a objetos ruins e que merecem castigo, o que realimenta as bases do seu masoquismo moral.

Mesmo que se avance um pouco no tempo cronológico do desenvolvimento infantil (mas ainda em uma fase pré-edípica), outros fatores ambientais - e aqui proponho abordar o relacionamento entre os pais (os primeiros modelos de identificação do sujeito) - são preponderantes para o desenvolvimento, por parte da criança, da capacidade de se relacionar com objetos externos de forma saudável.

Assim, um bebê gestado em um ambiente conflituoso, impossibilitado de expressar sua agressividade, e saindo de um estágio de sentimento de onipotência, pode entender que é o responsável por aquele ambiente disfuncional e, assim como o bebê da mãe deprimida, que é seu papel cuidar dos pais.

O que ocorre, a meu ver, é que há, em situações como essa, uma perda precoce dos primeiros objetos a quem a criança dirige sua libido, e que não é adequadamente substituída pela capacidade de usar os objetos da realidade compartilhada. Aliás, a perda desses objetos, quando seguida por sua introjeção pelo bebê por meio da identificação, seria a causa primária da melancolia, para Freud²⁵. Portanto, o retorno da agressividade para o próprio Eu, por intermédio dos ataques do Super-eu (de origem masoquista), viria a se somar aos ataques a esses objetos parentais abandonados (de origem melancólica) pela mesma instância julgadora.

Winnicott, por sua vez, sugere a figura do falso self, uma instância psíquica que, diante de um ambiente hostil às suas manifestações espontâneas (incluindo as agressivas), serviria como uma carapaça protetora ao verdadeiro self (a parte espontânea e criativa do sujeito). Um falso self

²⁵ FREUD, S. Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916) - 1a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 133: "*Não há dificuldade, então, em reconstruir esse processo. Havia uma escolha de objeto, uma ligação da libido a certa pessoa; por influência de uma real ofensa ou decepção vinda da pessoa amada, ocorreu um abalo nessa relação de objeto. O resultado não foi o normal — a libido ser retirada desse objeto e deslocada para um novo —, e sim outro, que parece requerer várias condições para se produzir. O investimento objetual demonstrou ser pouco resistente, foi cancelado, mas a libido livre não foi deslocada para outro objeto, e sim recuada para o Eu. Mas lá ela não encontrou uma utilização qualquer: serviu para estabelecer uma identificação do Eu com o objeto abandonado. Assim, a sombra do objeto caiu sobre o Eu, e a partir de então este pôde ser julgado por uma instância especial como um objeto, o objeto abandonado. Desse modo a perda do objeto se transformou numa perda do Eu, e o conflito entre o Eu e a pessoa amada, numa cisão entre a crítica do Eu e o Eu modificado pela identificação.*"

hipertrofiado e precocemente desenvolvido seria patológico e disfuncional e também serviria como instância julgadora com qualidades tirânicas.

Arrisco a especular que, embora Winnicott tenha desenvolvido sua teoria fortemente baseada no relacionamento do bebê com a mãe, especificamente no que tange ao desenvolvimento do uso do objeto, ambos os pais, ou melhor, o relacionamento entre eles, pode ter um papel determinante no desenvolvimento psíquico do sujeito.

Em outras palavras, a criança que encontra um ambiente conflituoso ao chegar ao mundo, de certa forma identifica-se com esse mundo: é isso que lhe foi apresentado. Após o estágio pré-objetal, e em seu desenvolvimento a caminho do complexo de Édipo, o primeiro modelo de relacionamento humano externo a essa criança é um relacionamento violento, agressivo, belicoso, que fere suas defesas ainda fracamente constituídas e diante do qual ela se vê impotente.

Ao contrário do senso comum do filho delinquente, a criança que é chamada muito precocemente a cuidar de si própria e dos pais torna-se aquela bondosa e obediente, impossibilitada de manifestar sua agressividade e raiva contra o mundo que a recebeu e pelo que foi feito com ela. Embora ela possa se tornar um adulto dotado de grande sensibilidade – fruto da necessidade de perceber o ambiente ao seu redor para se antecipar às insuficiências do seu entorno (e de seus pais) –, certamente encontrará dificuldades de amar e de ser amado.

Assim, esse sujeito que foi privado da verdadeira experiência de ser criança tem grandes probabilidades de se tornar um adulto narcisista do tipo melancólico, com comportamentos masoquistas motivados por uma constante necessidade inconsciente de castigo do ambiente e de si próprio, ansioso, inseguro e reativo, com um grande sentimento de inadequação e com fortes traços depressivos.

Concluindo, apesar das diferenças de modelos metapsicológicos desenvolvidos por Freud e Winnicott, ambos parecem concordar que a agressividade inata do ser humano precisa, ao longo de seu desenvolvimento emocional²⁶, ser exteriorizada e recepcionada pelo mundo que o cerca. Para Winnicott, a agressividade manifesta do paciente adulto seria, inclusive, uma evidência de que ele foi bem cuidado quando criança e, conseqüentemente, um bom sinal de saúde psíquica²⁷. A agressão, para ele, "*é vista mais como evidência de vida*"²⁸.

Diante dessas colocações, ousaria subverter a pergunta de André Green feita na epígrafe deste trabalho e, tomando o narcisista a que ele se refere como as crianças aqui descritas, impossibilitadas

²⁶ Ou psicosssexual, nas palavras de Freud.

²⁷ "(...) os bebês que foram bem cuidados durante essa fase têm probabilidade de ser clinicamente mais agressivos do que aqueles que não o foram, para quem a agressão constitui algo que não pode ser abrangido ou que só pode ser retido sob a forma de suscetibilidade a ser objeto de ataque". Winnicott, D. W. - O uso de um objeto e relacionamento através de identificações. *International Journal of Psychoanalysis*, Vol. 50, 1969.

²⁸ Winnicott, citado em Phillips, A. - Winnicott, 1a ed. - Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006, p.154.

de manifestar sua agressividade diante de pais em relacionamentos conflituosos, eu perguntaria: “Que objeto lhes resta para **odiar** senão a eles mesmos?”.

Referências Bibliográficas:

FERENCZI, S. - "Confusão de Língua entre os Adultos e a Criança (A Linguagem da Ternura e da Paixão)
- Obras Completas Psicanálise IV, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FREUD, S. Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916) - 1a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Obras completas, volume 14: História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920) - 1a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2010,

_____. Obras completas, volume 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925) - 1a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Obras completas, volume XIX: O ego e o ID e outros trabalhos (1923-1925), Editora Imago.

GREEN, A. - Narcisismo de vida, narcisismo de morte - 1a ed. - São Paulo: Editora Escuta, 1988.

PHILLIPS, A., - Winnicott, 1a ed. - Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

WINNICOTT, D. W. - O uso de um objeto e relacionamento através de identificações. International Journal of Psychoanalysis, Vol. 50, 1969.

1º Semestre 2020

Ciclo V

Aluno: Claire Annie Haber

Título: VICENT VAN GOGH: EM BUSCA DE UM LUGAR

Nesse trabalho, busco revelar um sujeito Van Gogh que, em raros momentos, existe na história. A partir do estudo das cartas redigidas ao seu irmão e do seu trabalho enquanto pintor, desenvolvo os aspectos psíquicos que moldaram a identidade do sujeito Van Gogh. Através dessas escritas e de sua pintura, o artista busca se elaborar enquanto sujeito e afirmar sua existência.

Dentro de uma grande complexidade e riqueza de elementos de sua vida que me permitem realizar essa análise, selecionei aspectos que entendo como fundamentais para compreender a busca incessante de um dos pintores mais conhecidos da história da arte, por um lugar no mundo.

Vincent Van Gogh nasceu em 1853, em Zundert, pequena província na Holanda. Filho de Anna Cornelia e Theodore, Van Gogh teve cinco irmãos. Sua mãe, Anna, era uma mulher nervosa, rígida e muito religiosa. Tinha aproximadamente 30 anos de idade quando conheceu seu marido, Theodore. Anna foi apresentada a Theodore através de sua irmã, que teve um casamento arranjado, com Vincent, irmão mais velho de Theodore. Além de invejar a idade com a qual sua irmã se casou, também invejava que sua irmã havia se casado com o irmão, Vincent, cuja carreira no mundo das artes era bastante promissora, enquanto Theodore, seguia o caminho de seu pai, que era pastor, e não tinha dinheiro. Para Anna, o status social era de extrema importância e ela acreditava que poderia resgatá-lo através de seus filhos, portanto a constituição de uma família era de extrema relevância.

O primeiro filho do casal, chamado Vincent, nasceu morto. O nome foi escolhido para homenagear o tio que Anna tanto admirava. Exatamente um ano depois, nasce Vincent Van Gogh, nomeado em memória do seu irmão. Ele é concebido e vem à vida inserido no contexto de luto de sua mãe e de seu pai. Inconscientemente, para sua mãe, Vincent nasceu para substituir o seu primeiro filho. Assim, ela era incapaz de se conectar com ele, pois apenas revivia a memória do filho que havia morrido, não correspondendo às necessidades primárias de seu filho. Segundo Winnicott, “A base para

a saúde mental é instaurada pela mãe desde a concepção e ao longo dos contatos comuns por ela dispensados ao bebê, em razão de sua motivação especial neste sentido.” (WINNICOTT, p. 315, 1952)

As decepções e o distanciamento com seu filho Vicent iniciaram-se desde muito pequeno. Ele era uma criança indisciplinada e irritável, o que levava sua mãe a idealizar, cada vez mais, o filho perdido.

Apesar da suposta rejeição de Vincent, Anna era vista como uma mãe que zelava pela vida de seus filhos, muitas vezes, de forma sufocante e excessiva. Seu marido, Theodore, lidava com sua família da mesma maneira que atuava como pastor em sua comunidade. Sob a responsabilidade de conduzir a religião em uma comunidade relativamente pequena, Theodore era extremamente comprometido e conciliador, igualmente na comunidade e com sua família, desprovido da figura paterna de autoridade, assumida por Anna.

A família de Van Gogh tinha uma vida bastante simples. A Igreja lhes provia casa, empregados e alimento. Vincent foi educado pela mãe e pela governanta até os sete anos de idade, quando entrou em uma escola no vilarejo e ali estudou durante três anos. Logo depois, contra sua vontade, Van Gogh é enviado para dois internatos diferentes, e só retorna a sua casa aos quinze. Van Gogh vive uma profunda sensação de abandono que permanece ao longo de sua vida. Pedia para retornar para sua casa inúmeras vezes, porém seus pais não permitiram.

Para reforçar a sensação de rejeição, Van Gogh se percebia cada vez menos conectado com sua família mas, principalmente com sua mãe que, ao longo de dez anos, teve mais cinco filhos: Anna, Theodore, Elisabetha, Willemina e Cornelle.

Van Gogh teve uma vida bastante atormentada por seus pensamentos. Vive à sombra de um irmão que nunca conheceu mas que permanece no ideal de sua mãe, presente em seu comportamento diário que, por exemplo, o levava, semanalmente, para visitar o túmulo de seu irmão, fato que marca sua infância. À medida que Van Gogh cresce, a sensação de rejeição o acompanha e se fortalece. Seus humores oscilam com frequência e sua vida social se vê cada vez mais comprometida. Van Gogh não tem lugar na família, tampouco na sociedade. É visto como temperamental, muitas vezes como louco diante de suas crises e de seus surtos.

Theo era um irmão quatro anos mais novo que Vincent. Quando nasceu, Van Gogh se encontrava em sua fase edípica. Devido ao abandono e rejeição sofrido pelos seus pais, Van Gogh encontra em seu irmão um destino possível para sua libido e estabelece uma relação quase que simbiótica com Theo. Mas, quando Van Gogh tem dez anos e Theo, seis, sua mãe rompe essa relação, mandando Van Gogh para um internato e se reencontram na adolescência, quando Van Gogh tinha 16 anos. Essa é uma fase de sua vida em que o pintor descreve para seu irmão como “austera, fria e estéril”.

A relação que Van Gogh estabeleceu com Theo era de uma intensa dependência, de ambas as partes. Vincent demandava de Theo a responsabilidade financeira e emocional, uma vez que sempre solicitava dinheiro para seu irmão mais novo e destinava a ele todas as suas cartas.

Nessa época, aos 16 anos, Vincent é enviado para Londres para trabalhar na empresa de seu tio, como um negociador de obras de artes, onde permanece durante três anos, em uma experiência frustrada

Depois que é rejeitado pelo tio, tenta trabalhar como missionário, onde viaja e conhece diversas paisagens europeias. Essas suas viagens permitem com que ele entre em contato com diversas realidades de trabalhadores menos favorecidos socialmente, entre eles, os camponeses. Ao longo desse tempo, escreve diariamente ao irmão, descrevendo suas angústias e reflexões e pedindo dinheiro.

Nessas cartas, escritas desde 1872, Vincent elabora, de forma profunda e substancial, o seu lugar, iniciando um processo de constituição de sua existência e identidade própria que, posteriormente, se vê manifestada em sua arte. Em julho de 1880, escreve ao seu irmão sobre sua identificação com a população oprimida e sua falta de lugar no mundo:

“esse estado de coisas têm o seu lado ruim para aquele que não está de acordo com tudo isso. E com toda sua alma, e com todo o seu coração, e com toda a indignação que é capaz, protesta contra [...] uma das coisas pelas quais eu estou fora de lugar - porque durante anos eu tenho estado deslocado- é simplesmente porque eu tenho outras ideias diferentes das desses senhores que dão lugar apenas para aqueles que pensam como eles.” (Cartas a Théo, p.15, 2019).

Van Gogh buscava seu lugar, enquanto se percebe deslocado, uma vez que não se encaixa em padrões pré concebidos e tampouco nas expectativas de sua família.

Assim como com sua mãe, Vincent tem um sentimento ambíguo e polarizado em relação às pessoas. O amor e o ódio permeiam todas as relações de maneira fervorosa, o que tornava insustentável o convívio com ele. Além disso, via que as pessoas apenas se relacionavam com ele quando eram pagas pelo seu irmão. Se relacionava sexualmente apenas com prostitutas e, durante o tempo em que Gauguin viveu com ele, foi pago por Theo.

Desde pequeno, Van Gogh se envolvia de forma muito intensa e obsessiva em seus estudos. Quando criança, falava quatro idiomas, o que o levou a traduzir toda a Bíblia na sua juventude. A escrita, a leitura e a pintura, seus sintomas, eram exercidos de forma compulsiva e obsessiva na vida de Vanh Gogh.

Van Gogh, em sua intensidade, chegava a consequências extremas: se autoflagelava, em uma tentativa de sentir na carne aquilo que estava descrito na Bíblia. Após a impossibilidade de ser um missionário, desloca seu fervor religioso para defender a vida dos camponeses, através da arte.

“sou uma espécie de fiel em minha infidelidade e , mesmo que mudado, sou o mesmo e meu tormento permanece o mesmo. Para que poderia servir? Não poderia eu ser útil de alguma maneira? Como poderia eu saber mais e me aprofundar em algum tema? Como pode ver, isso me atormenta continuamente, e além disso alguém pode se sentir prisioneiro em seu tormento, excluído de participar. A causa disso não se vive sem melancolia, depois se sentem vazios.... “(Cartas a Théo, p.63, 2019).

Em meados de 1880, Van Gogh decide pintar, incentivado pelo seu irmão Theo e, em seus últimos quatro anos, produziu mais de duas mil obras. Pintar, para Van Gogh, se tornou uma forma de construção de sua identidade e de busca por um lugar onde pudesse se perceber pertencente. Ao final de sua vida, Van Gogh se interna em um asilo onde, em um ambiente considerado por ele acolhedor, produz o maior número de obras em um menor intervalo de tempo.

Van Gogh nasceu para preencher uma falta na vida de sua mãe. Porém, esse buraco não foi preenchido: em sua mãe e em si mesmo. É nesse hiato que Van Gogh se perde e é na busca de preencher esse vazio que surge o artista, como uma possibilidade de existir.

A escrita, a leitura e a pintura, para Van Gogh, foram as formas encontradas por ele de estar no mundo. Elaborava, assim, sua tristeza e sua solidão; produzia para preencher o vazio gerado pela rejeição das pessoas. Apesar da incompreensão dos outros, Van Gogh existiu.

Van Gogh não era um esquizofrênico. Van Gogh não era louco.

Van Gogh é, e sempre será, Vincent Van Gogh.

Referências Bibliográficas:

On Van Gogh: Psychobiography with Dr. Gail Saltz, Steven Naifeh and Gregory White Smith. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MicoW2nAIKQ>.

Van Gogh, Vincent. “Cartas a Theo”. Alianza editorial, Espanha, 2019.

Winnicott, D. W. Psicoses e cuidados maternos: “Da pediatria à Psicanálise”. 1952.

1º Semestre 2020

Ciclo VI

Aluno: Marcos Rodrigues Sagatio

Título: O REGISTRO DO REAL EM TABACARIA DE ÁLVARO DE CAMPOS

“A arte existe para que a verdade não nos destrua.” —

Friedrich Nietzsche

*“As ilusões são certamente prazeres
dispendiosos, mas a destruição delas é mais dispendiosa
ainda.” — Friedrich Nietzsche*

O texto a seguir visa analisar, à luz de alguns conceitos básicos propostos por Jacques Lacan, o poema *Tabacaria*, de Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa.

Uma breve sinopse do poema: o eu lírico encontra-se no seu quarto fumando e, pela janela, começa a observar uma tabacaria, que está localizada na esquina do outro lado da rua. Vendo o movimento dos transeuntes na frente do comércio, ele entra num processo epifânico, questionando sua existência e o sentido de tudo. Nessa revelação interior, toma consciência da falta de sentido da vida, das ilusões humanas, da efemeridade da existência e como se tornou alienado a tudo isso.

A palavra-chave para definir a poesia de Álvaro de Campos em relação aos demais heterônimos e ao próprio ortônimo de Fernando Pessoa é emoção, dada a força, energia e até certa violência com que trata os temas desenvolvidos em sua produção poética. Esta é dividida em três fases: decadentista, futurista e dor de pensar, sendo a última à qual pertence *Tabacaria*. Cumpre notar que o “pensar” está relacionado a ter consciência. Esta traz dor por revelar os impasses da condição humana. Nesse sentido, a consciência é a grande desgraça do eu lírico, já que o não saber, consequentemente, levaria ao não sofrimento (ou pelo menos não àquele pelo qual ele passa). No entanto, uma vez obtido esse saber não há mais como se desvincular dele. Em síntese, esse é o grande conflito vivido pelo eu lírico no texto.

Por um lado, o poema expressa os conflitos existenciais do homem no contexto do início do século XX, que vive a desilusão do cientificismo tido como solução a todos os problemas humanos no final do século precedente. Escrito em 15 de janeiro de 1928 e publicado na Revista Presença, em julho de 1933, no período entreguerras, o texto, considerado pelo crítico italiano Antonio Tabucchi o poema mais importante do Século XX, pode ser interpretado como uma síntese da decepção com relação ao saber construído pela ciência positivista, saber esse que, inclusive, serviu aos horrores da Primeira Guerra, quando muitas inovações no campo bélico se deram pela tecnologia à disposição, fruto do desenvolvimento científico a partir da segunda metade do século XIX. Trata-se de um período obscuro, próximo à ascensão do nazi-fascismo e dos regimes de extrema direita na Europa que preparariam o terreno para a continuação do conflito a partir de 1939, resultando num dos eventos mais sangrentos e horripilantes da História.

Também cabe ressaltar a proximidade da produção do texto com a crise de 1929, quando a quebra da Bolsa de Nova Iorque gerou um colapso econômico sem precedentes no cenário mundial. Tal contexto histórico justifica a postura poética de Álvaro de Campos, engenheiro naval formado em Glasgow, Escócia, na medida em que nenhum homem vive impunemente seu tempo, o que, obviamente, dá verossimilhança a esse heterônimo, considerado uma das personalidades poéticas perfeitas do gênio pessoano.

Por outro lado, a dor de pensar supracitada pode ser compreendida como produto da subjetividade do eu lírico, a forma como molda os seus afetos e a percepção idiossincrática de si e do outro. Destarte, como uma demanda trazida por um sujeito que procura a análise, o sujeito que se manifesta no eu lírico do heterônimo Álvaro de Campos constrói um discurso que remete a um sofrimento psíquico agudo, algo como um quadro melancólico, uma constatação de fracasso perante a vida, de uma impossibilidade de se harmonizar consigo e com o mundo que o cerca. Claro que se trata de um discurso pronto, concluído, fruto de uma elaboração poética, cuja função é predominantemente estética. De todo modo, o texto dá voz a um eu lírico maduro, para o qual a verdade (certeza) é relativizada e posta em cheque, constatando o quanto tal noção é um engodo incapaz de dar conta da realidade:

Não, não creio em mim.

Em todos os manicômios há doidos malucos com tantas certezas!

Eu, que não tenho nenhuma certeza, sou mais certo ou menos certo?

Não, nem em mim...

Além disso, a maturidade e lucidez do eu lírico permitem-lhe perceber o quanto fora moldado pela cultura e civilização:

Fiz de mim o que não soube,

*E o que podia fazer de mim não o fiz.
O dominó que vesti era errado.
Conheceram-me logo por quem não era e não desmenti, e perdi-me.
Quando quis tirar a máscara,
Estava pegada à cara.
Quando a tirei e me vi ao espelho,
Já tinha envelhecido.
Estava bêbado, já não sabia vestir o dominó que não tinha tirado.
Deitei fora a máscara e dormi no vestiário
Como um cão tolerado pela gerência
Por ser inofensivo
E vou escrever esta história para provar que sou sublime.*

Segundo Quinet (2013, p. 17), “O outro é o eu ideal: imagem desenhada e esculpida pelo significante do Outro - aqueles que constituem o Ideal do eu, que, na verdade, é o ideal do Outro que Lacan escreve com o matema I(A). O sujeito passará a vida toda tentando se igualar ao ideal do eu, tentando moldar seu eu à imagem e semelhança desse eu que mamãe e papai querem que ele seja, como, por exemplo, “inteligente”, “bacana”, “bem-sucedido”, “bonito” etc., que são significantes que veiculam o desejo do Outro.”

O eu lírico tem plena consciência de sua alienação: a metáfora do dominó (combinação de peças de vestuário) remete justamente ao fato de se reproduzirem os valores e juízos da cultura, sem ao menos se dar conta disso. Essa consciência permite-lhe desgrudar-se, abstrair-se das imagens parentais e perceber a si mesmo como subjetividade, o que é um dos objetivos fundamentais de uma análise. Tal discussão será retomada na conclusão deste texto. Por hora, basta frisar que há aí uma característica fundamental desse eu, inclusive que justificaria seu estado de alma melancólico.

O poema retrata a dicotomia da psique humana, entendida como uma cisão entre os conteúdos manifestos (Cs) e latentes (Ics), interpretação que pode ser depreendida dos versos “À Tabacaria do outro lado da rua, como coisa real por fora,/ E à sensação de que tudo é sonho, como coisa real por dentro” nos quais “fora” e “dentro” corresponderiam às duas instâncias psíquicas citadas.

Cumprir notar, ainda, nesses versos, a presença de uma palavra (significante?) que se repete ao longo de todo o poema, a saber, **real**, a partir da qual será calcada a análise doravante.

O Real é aquilo que não tem sentido, que não se integra, é o abjeto. Não se trata da realidade em si, mas sim aquilo que se tem que tirar, subtrair da realidade, para que esta, que é um compósito do simbólico/imaginário, apresente-se a um sujeito como uma totalidade integrada e harmonizada,

dotada de sentido. Portanto, o Real é o impensado, inominável, aquilo que não existe. É o encontro com o impossível de representar.

Para Lacan, há uma impossibilidade de representação imanente em cada discurso, impossibilidade essa que remete ao Real, um dos registros do humano, que se caracteriza essencialmente por não conter nada, não ser passível de representação. Há aí a categoria do impossível de significação, a qual pode ser vinculada ao conceito de inconsciente, que deve ser entendido, portanto, não como aquilo que revela algo, mas aquilo cujo sentido não pode ser apreendido. Segundo Chaves (2006), nos textos da primeira metade da década de 1950, Lacan define o real como aquilo que escapa à simbolização:

“na relação do sujeito com o simbólico, há a possibilidade de uma *Verwerfung* primitiva, ou seja, que alguma coisa não seja simbolizada, que vai se manifestar no real”

Tal concepção lacaniana converge com o discurso poético do texto, o qual afirma na segunda estrofe:

*Janelas do meu quarto,
Do meu quarto de um dos milhões do mundo que ninguém sabe quem é
(E se soubessem quem é, o que saberiam?),
Dais para o mistério de uma rua cruzada constantemente por gente,
Para uma rua inacessível a todos os pensamentos,
Real, impossivelmente real, certa, desconhecidamente certa,
Com o mistério das coisas por baixo das pedras e dos seres,
Com a morte a pôr humidade nas paredes e cabelos brancos nos homens,
Com o Destino a conduzir a carroça de tudo pela estrada de nada.*

Há uma clara alusão ao registro do Real, ao impossível perdido para sempre pelo sujeito barrado, e, portanto, ao recalque. Essa constatação da impossibilidade de se chegar ao Real é uma verdade (a verdade de que não se chega à verdade). Segundo Lacan, “há um lugar, o inconsciente, em que se enuncia uma verdade que tem a propriedade de nada sabermos dela” (Seminário XVI).

O eu lírico relativiza e se apresenta cético quanto à possibilidade do autoconhecimento (à possibilidade de o sujeito conhecer a si mesmo, já que, em última instância, aquilo que se é pertence ao campo do Inconsciente). As janelas dão acesso à rua que é um mistério (impossibilidade do saber) inacessível a todos os pensamentos (aqui poderia ser interpretada como inacessível à consciência, ou seja, o que é Inconsciente). O Real aparece como síntese desse não saber, dessa verdade interdita ao sujeito (daí ter os atributos de **impossível** e **desconhecido**) e essa interdição é categoricamente anunciada e reforçada como uma certeza. A única certeza, portanto, é a incerteza; a única verdade, que não há verdade:

Estou hoje vencido, como se soubesse a verdade.

Estou hoje lúcido, como se estivesse para morrer,

E não tivesse mais irmandade com as coisas

A lucidez, na linha de raciocínio adotada aqui, equivale à aceitação do fato, segundo o qual o registro humano do Real nos coloca frente a frente com o vazio da significação, o *non sense*.

Destarte, o mal estar expresso em *Tabacaria* pode ser interpretado como produto da constatação do eu lírico da impossibilidade de se chegar a uma verdade, a um discurso que dê conta de explicar o destino humano. Essa consciência traz como sintoma uma postura melancólica que percorre todo o enunciado do texto.

Do ponto de vista do tempo lógico da análise lacaniana, a posição desse sujeito/eu lírico corresponderia ao terceiro, penúltimo de uma análise. Segundo Barbato (2015 a), há, sequencialmente: (i) tempo de ver (perguntar), no qual há a elaboração de grandes perguntas acerca daquilo que é falado; (ii) tempo de entender o que se viu, chegando ao ensaio de alguma resposta; (iii) tempo de concluir aquilo que viu e entendeu; (iv) tempo da legitimização do impossível, no qual o sujeito aceita e consegue viver com a impossibilidade inerente à condição humana, sem fazer disso um sintoma, a base de sofrimento. Por que o melancólico faz das ausências de sentido da vida humana um sintoma e não uma condição de saber, já que o sentido em si não existe, mas cabe a nós dar sentido à existência? Do ponto de vista da lógica lacaniana, toda produção excessiva de conhecimento é o produto de um sujeito que está na posição de não suportar nenhum não saber. Ora a postura do eu lírico em *Tabacaria* corresponde a essa condição melancólica, na medida em que o sujeito não se conforma com a constatação/consciência da impossibilidade do saber humano em preencher os vazios de sentido da existência, em dar respostas que justifiquem o porquê da vida, que respondam às três perguntas da Esfinge (Quem sou eu? De onde venho? Para onde vou?).

Para se chegar a essa percepção e assumir essa perspectiva frente ao seu desejo e à vida, seria necessário um longo e trabalhoso processo de análise, que não se alcançaria sem se abrir mão de muitas coisas e implicando sacrifícios. Essa percepção diz respeito justamente ao processo de desalienação e subjetivação. No discurso de Álvaro de Campos, por se tratar de uma construção poética, é abstraído algo que é pressuposto para todo sujeito, a saber, a relação com os objetos primários e tudo o que tal relação implica, a saber, a castração (no caso das estruturas das neuroses de transferências), a fixação na fantasia fundamental, a alienação etc.

No plano das relações imaginárias, cria-se a pseudo noção de que há uma simetria, reciprocidade e semelhança entre ele e outro naquilo que se entende e interpreta do mundo. Tal ilusão faz com que, diante do que é estranho, daquilo que não se consegue reconhecer como idêntico a si, o sujeito aja com agressividade, por se tratar de algo que ofende e ameaça sua identidade

Subentende-se, pois, que o eu lírico de *Tabacaria* restringiu o registro do imaginário, uma das formas de se entender a função da análise. Assim sendo, ele parece não padecer da ilusão segundo a qual é possível se atingir a compreensão a partir da linguagem verbal - expectativa de compreensão, a partir desse sistema simbólico, do sujeito humano. Logo, teria transcendido (até onde se é possível fazê-lo) o campo da alienação, das identificações, a instância em que o sujeito fala a partir do seu ego, levando-o ao desconhecimento, à paranóia e às projeções. Estaria, assim, no terceiro tempo da análise.

Nessa perspectiva, o eu lírico constata, na segunda estrofe do poema, que nosso destino é a morte, o nada, o furo. A rua e a estrada citadas no poema seriam significantes do percurso da análise, o caminho que leva a constatar tudo isso (a travessia do fantasma).

Para Barbato (2015 b), os sintomas clássicos da contemporaneidade estabeleceram equivalências falsas e formataram o lugar subjetivo governado pelo Imaginário, registro que se permite aparecerem as consistências humanas, unindo coisas distintas de forma artificial por não consistir no interior da linguagem gramatical. Ao formular esses conceitos, Lacan leva a Psicanálise a romper com os sentidos dos discursos hermenêuticos, os discursos cartesianos que almejam responder e explicar tudo a partir de uma relação lógica de causa e efeito.

Estendendo-se o conflito expresso no poema a um contexto analítico, ressalta-se, do ponto de vista lacaniano, que o discurso do analisante não leva a uma revelação de causa de sofrimento, mas um limite de linguagem (Registro do Simbólico) que de tão insuportável fundou um sintoma. O papel do analista seria então apontar para esses vazios de sentido, o Real, para que o analisando possa de alguma forma consentir a estrutura inerente de vazio, que marca nascimento do sujeito humano.

Em suma, o eu lírico do poema saiu do estado de alienação, encontra-se em processo de subjetivação, porém, não alcançou o quarto e último estágio de uma análise lacaniana, na medida em que não conseguiu transformar a ausência de sentido inerente à existência humana numa forma de saber, mas fazendo dessa ausência um sintoma, causa de seu sofrimento.

Referências bibliográficas:

BARBATO, Welson (2015 a). *A investigação do psicanalista lacaniano*. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=zma7car_dqg (Acesso em 12.10.2019)

BARBATO, Welson (2015 b). *Os quatro passos da psicanálise lacaniana*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dli1OuxXHeE> (Acesso em 12.10.2019)

CHAVES, Wilson Camilo. O estatuto do real em Lacan: dos primeiros escritos ao seminário VII, uma ética da psicanálise. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2006, vol.16, n.34 [citado 2019-10-15], pp.161-168. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000200004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-863X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2006000200004>.

LACAN, J. (1992). *O Seminário, Livro II: O Eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACAN, J. (1992a). *O Seminário, Livro III: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

QUINET, Antônio (2012) *Os outros em Lacan*. Coleção Psicanálise passo a passo nº 94. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.